

## **Demonstrações Contábeis**

### **HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO**

**31 de dezembro de 2018 e 2017**

**com Relatório do Auditores Independentes**

#### **SÃO PAULO**

Alameda Rio Negro, 503  
11º And. Conj. 108/109  
Alpaville - 08454-000  
saopaulo@grupoaudisa.com.br  
Fone: (11) 3661-9933

#### **PORTO ALEGRE**

Av. Getúlio Vargas, 1157  
13º And. Conj. 1318  
Menino Deus - 90150-005  
portoalegre@grupoaudisa.com.br  
Fone: (51) 3082-8807

#### **RECIFE**

recife@grupoaudisa.com.br

#### **RIO DE JANEIRO**

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa  
 @grupo\_audisa  
 grupoaudisa.consultoria

**SUMÁRIO:**

Relatório dos auditores independentes ..... 1-4

**Anexos:**

Balanco patrimonial ..... 5-6

Demonstração de resultado do período ..... 7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido ..... 8

Demonstração do fluxo de caixa ..... 9

Notas explicativas às demonstrações contábeis ..... 10-21

**SÃO PAULO**

Alameda Rio Negro, 500  
1º And. Conj. 108/109  
Aparecida - 09454-000  
saopaulo@grupoaudisa.com.br  
Fone: (11) 3661-9933

**PORTO ALEGRE**

Av. Getúlio Vargas, 1157  
13º And. Conj. 1316  
Merino Daus - 90150-005  
portoalegre@grupoaudisa.com.br  
Fone: (51) 3062-8002

**RECIFE**

recife@grupoaudisa.com.br

**RIO DE JANEIRO**

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br



**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**SÃO PAULO**

Alameda Filo Negro, 503  
1º And, Conj. 108/109  
Alpenle - 08454-000  
saopaulo@grupoaudisa.com.br  
Fone: (11) 3681-9933

**PORTO ALEGRE**




Av. Getúlio Vargas, 1157  
13º And, Conj. 1316  
Merino Deus - 90150-005  
portoalegre@grupoaudisa.com.br  
Fone: (51) 3062-8902

**RECIFE**

recife@grupoaudisa.com.br

**RIO DE JANEIRO**

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 @grupoaudisa  
 @grupo\_audisa  
 grupoaudisa.consultores



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

#### **SÃO PAULO**

Alameda Rio Negro, 503  
1º And. Corj, 108/109  
Aparecida - 06454-000  
sppaulo@grupoaudisa.com.br  
Fone: (11) 3561-8933

#### **PORTO ALEGRE**

Av. Debão Vargas, 1157  
13º And. Corj, 1316  
Menino Deus - 90150-005  
portoalegre@grupoaudisa.com.br  
Fone: (51) 3062-8901

#### **RECIFE**

recife@grupoaudisa.com.br

#### **RIO DE JANEIRO**

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

 grupoaudisa

 @grupo\_audisa

 grupoaudisa.consultoria

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 12 de abril de 2019.

**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**  
**CRC/SP 2SP 024298/O-3**

Alexandre Chiaratti do Nascimento  
Contador  
CRCSP "S" "PE" 187.003/O-0  
CNAI – SP – 1620

**SÃO PAULO**

Alameda Fico Negro, 500  
1º And. Conj. 10B/109  
Apaviña - 06454-000  
saopaulo@grupoaudisa.com.br  
Fone: (11) 3661-8903

**PORTO ALEGRE**

Av. Getúlio Vargas, 1157  
13º And. Conj. 1316  
Merino Deus - 00150-005  
portoalegre@grupoaudisa.com.br  
Fone: (51) 3062-8902

**RECIFE**

recife@grupoaudisa.com.br

**RIO DE JANEIRO**

riodejaneiro@grupoaudisa.com.br





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/928C-75A0-D1D9-9665> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: 928C-75A0-D1D9-9665**



### Hash do Documento

CB16B266251957C9F1DB24AEF55CD658AA7B459E10B078B3E780B075BD66E045

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/05/2019 é(são) :

- Alexandre Chiaratti Do Nascimento (Signatário) - 147.823.488-19  
em 31/05/2019 18:19 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital





**Balanco Patrimonial**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Ativo	Notas	2018	2017
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	4a	13.205.652,00	16.572.196,41
Convenios, Repasses E Comissões A Receber	4c	77.279.044,32	49.896.164,30
Adiantamentos A Funcionarios E Fornecedores		1.037.316,75	636.779,37
Estoques	4d	2.800.365,87	2.772.903,19
Dúvidas Recuperar		9.066.717,59	5.339.942,37
Impostos A Recuperar		328.478,34	332.081,03
Despesas A Apropriar		28.220,50	49.037,93
		<b>102.814.817,25</b>	<b>77.781.098,60</b>
<b>Não Circulante</b>			
Realizável A Longo Prazo		3.903,94	1.434,66
Imobilizado - Sem Restrição	5	15.955.084,17	16.135.267,05
Imobilizado - Com Restrição	5	3.689.100,17	1.844.032,25
Bens Em Construção	5	1.148.903,96	917.481,22
(-) Depreciações Acumuladas - Sem Restrição	5	(3.160.008,90)	(5.579.773,40)
(-) Depreciações Acumuladas - Com Restrição	5	(748.199,84)	(415.302,84)
		<b>16.888.848,60</b>	<b>13.406.108,92</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>120.703.662,85</b>	<b>90.567.178,52</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Olinda, 31 de dezembro de 2018

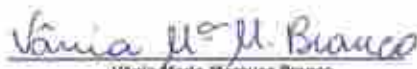
  
Vânia Maria Marques Branco  
Diretora Presidente  
CPF: 891.080.917-68

  
Juan Victor Izidior Peitros  
Contador  
CRC: PE0200200-1

Passivo		2018	2017
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	6	8.330.868,34	4.071.483,02
Obrigações Sociais E Fiscais	6	38.538.771,67	21.896.345,71
Empréstimo E Financiamento	6	11.657.845,51	8.682.567,21
Parcelamentos A Curto Prazo	6	422.008,34	447.000,83
Subvenções A Realizar	6	3.708.315,76	2.819.345,51
Outras Obrigações A Pagar		712.003,55	343.037,83
Receitas Diferidas - Cp		-	244.529,10
		<b>61.371.250,17</b>	<b>48.297.298,98</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimo e Parcelamentos	7	4.598.865,40	3.068.772,89
Receitas Diferidas - Lp	7	3.794.598,63	1.474.034,72
		<b>8.393.464,03</b>	<b>4.542.807,61</b>
Patrimônio Social	8	2.573.338,74	2.673.338,74
Ajuste de Avaliação Patrimonial		13.177.291,62	10.995.942,09
Superveni(Da)nci) Exercício Anteriores		22.771.279,94	12.940.770,36
Resultado do Exercício	9	11.248.192,01	8.633.509,58
Ajuste de Exercício Anteriores	10	1.198.638,34	1.256.450,24
		<b>50.938.938,65</b>	<b>37.587.008,01</b>
<b>Total Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>120.705.682,85</b>	<b>90.367.175,62</b>

As Notas Explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Olinda, 31 de dezembro de 2018

  
Vânia Maria Marques Branco  
Diretora Presidente  
CPF: 891.080.917-68

  
Juan Victor Izquierdo Pedraza  
Contador  
CNC: PER290300-1



**Demonstração de Resultado do Período**  
 para as sessões finais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Notas	2018	2017
<b>Receita Operacional Bruta</b>			
Receita Operacional		273.740.885,86	237.437.854,41
		<b>273.740.885,86</b>	<b>237.437.854,41</b>
<b>Receita Líquida</b>			
		273.740.885,86	237.437.854,41
<b>Custos</b>			
Custos Com Pessoal Hospitalar		(162.802.565,98)	(112.970.218,18)
Encargos Sociais		(13.058.922,21)	(10.054.207,28)
Custos Com Benefício		(1.795.198,18)	(1.258.143,52)
Custo Provisões Trabalhistas		(2.348.206,70)	(2.872.847,52)
Custo Com Insumo Hospitalares		(30.675.252,33)	(25.729.656,02)
Custo O Contribuições Sociais		(40.612.613,67)	(18.732.948,33)
Custos Com Comarcas		(305,02)	-
Custos Com Pessoal Upa		(534.683,65)	(22.497.573,00)
Provisões - Upa		-	(43.000,43)
Custos Com Insumo Upa		(2.770.578,54)	(2.322.522,96)
		<b>(254.680.348,79)</b>	<b>(203.493.277,41)</b>
<b>Superávit Bruto</b>			
		18.160.537,07	33.944.577,00
<b>Despesa Operacional</b>			
Despesas Administrativas Hospitalar		(9.698.935,75)	(8.887.848,88)
Desp. Oflonlogos Terceiros Especializados		(30.981.280,57)	(23.077.188,05)
Despesas De Manutenção De Ativos		(1.601.361,06)	(1.698.513,58)
Despesas Com Investimentos		(188.738,70)	(84.748,70)
Depreciação		(388.119,04)	(382.133,54)
Despesas Administrativas - Upa		(7.652.265,34)	(7.192.440,72)
Investimentos - Upa		(136,50)	(2.800,00)
		<b>(60.780.834,97)</b>	<b>(41.633.372,87)</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>			
Receita Com Cômputos		383.012,21	180.960,15
Receita De Mensalidade E Doações		34.814,41	18.831,75
Outras Receitas		474.901,94	17.258,77
Receitas Com Contribuições		40.803.614,03	15.732.948,33
(-) Recuperação De Custos Diversos		(2.658.880,84)	(1.655.280,00)
Alimentação E Identificações		27.233,65	33.585,70
Recuperação De Custos - Upa(E)		21.874,37	(48.898,52)
		<b>44.695.331,23</b>	<b>18.081.781,34</b>
<b>Resultado Antes Das Operações Financeiras</b>			
		12.604.908,33	16.383.986,27
<b>Receitas Financeiras</b>			
Receitas Financeiras Diversas		605.590,78	1.239.006,80
Receitas Financeiras Upa(E)		254.242,85	(25.549,07)
		<b>859.833,63</b>	<b>1.183.246,67</b>
<b>Despesa Financeiras</b>			
Despesas Financeiras Diversas		(2.212.207,01)	(2.059.920,31)
Despesas Financeiras Upa(E)		(154.330,53)	(165.783,05)
		<b>(2.366.537,54)</b>	<b>(2.225.703,36)</b>
<b>Superávit das Operações</b>			
		<b>11.348.193,42</b>	<b>9.638.899,68</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Olinda, 31 de dezembro de 2018.

**Vânia Maria Marques Branco**  
 Diretora Presidente  
 CPF: 091.090.917-08

**Juan Vilmar Brito Pedrosa**  
 Contador  
 CRC: PE229029/O-1

**Demonstração Das Movidas De Patrimônio Líquido - DML**  
 para as entidades todas em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

	Patrimônio Social	Reserva de Realização Patrimonial	Ajuda de Exercícios Anteriores	Superávit/Deficit Acumulado	Patrimônio Líquido
<b>Balão em 31 de Dezembro de 2016</b>	2.876.388,34	10.888.940,08	3.283.147,28	9.807.922,07	36.856.398,77
Reversão de Ajuda	-	-	(3.283.147,28)	3.283.147,28	-
Ajuda de Exercícios Anteriores	-	-	3.288.490,34	-	3.288.490,34
Superávit do Período apurado no exercício 2017	-	-	-	9.808.502,56	9.808.502,56
<b>Balão em 31 de Dezembro de 2017</b>	2.876.388,34	10.888.940,08	3.288.490,34	19.716.449,84	36.860.368,60
Ajuda de Exercícios Anteriores	-	-	(87.811,90)	-	(87.811,90)
Ajuda de Realização Patrimonial	-	3.091.348,53	-	-	3.091.348,53
Superávit do Período apurado no exercício 2018	-	-	-	11.246.192,01	11.246.192,01
<b>Balão em 31 de Dezembro de 2018</b>	2.876.388,34	13.980.288,61	3.198.678,44	30.962.641,85	50.018.036,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Olinda, 31 de dezembro de 2018

Vânia Maria Marques Branco  
 Diretora Presidente  
 CPF: 861.683.077-00

José Vinícius de Paula  
 Diretor  
 OUC: 165299390-7

**Demonstração Do Fluxo De Caixa - DFC - Nota 16**  
Método Indireto Exercícios Findos Em 31 De Dezembro De 2018 e 2017

1- ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Superávit Do Período	11.248.192,01	9.830.509,58
(*) Depreciação Do Período	368.119,04	662.133,56
Ajustes de Exercício Anterior	(97.611,90)	1.256.450,24
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.191.349,53	-
<b>Resultado do Exercício Ajustado</b>	<b>13.720.048,68</b>	<b>11.789.093,38</b>
<b>(Acréscimos) / Decréscimo do AC + ANC</b>		
Cobrança a Receber	(27.422.890,02)	(23.275.200,19)
Adiantamentos	(108.530,38)	(310.067,30)
Despesas a Apropriar	20.817,63	(10.544,38)
Outros a recuperar	(3.726.775,22)	(675.646,36)
Impostos a Recuperar	3.582,69	(73.963,58)
Estoques	(95.402,68)	(1.431.261,03)
Depositos E Bloqueios Judiciais	(2.529,18)	7.112,72
<b>Total de Decréscimos do AC + ANC</b>	<b>(31.422.616,18)</b>	<b>(28.688.670,17)</b>
<b>Acréscimo / (Décrécimo) do PC + PNC</b>		
Fornecedores	2.259.472,32	1.348.774,13
Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.849.525,96	7.056.597,58
Recursos de Contrato	2.965.845,00	1.446.200,09
Outras Obrigações A Pagar	369.025,73	14.544,25
Outras Obrigações À Pagar LP	600.000,04	-
<b>Total de Acréscimos do PC + PNC</b>	<b>13.043.869,11</b>	<b>10.671.534,05</b>
<b>Total Das Atividades Operacionais</b>	<b>(4.658.768,37)</b>	<b>(3.629.052,74)</b>
<b>2- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Bens para o Imobilizado	(4.648.326,54)	(307.547,22)
Aquisição de Bens para o Intangível	-	-
<b>Total Das Atividades De Investimentos</b>	<b>(4.648.326,54)</b>	<b>(307.547,22)</b>
<b>3- Das Atividades De Financiamentos</b>		
Recbimentos de Empréstimos	23.550.648,48	10.778.086,47
Pagamentos de Empréstimos	(19.372.540,07)	(11.032.270,29)
Parcelamento de Débitos Tributários	(91.540,04)	1.280.551,12
Pagamentos de Parcelamentos	(1.235.069,87)	(920.550,47)
<b>Total Das Atividades De Financiamentos</b>	<b>3.540.588,58</b>	<b>106.807,83</b>
<b>(1+2+3) Variação De Caixa E Equivalentes De Caixa</b>	<b>(5.366.536,33)</b>	<b>(3.827.792,13)</b>
Caixa E Equivalentes De Caixa No Inicio Do Período	18.572.188,41	22.399.980,54
Variação Ocorrida No Período	(5.366.536,33)	(3.827.792,13)
Caixa E Equivalentes De Caixa No Fim Do Período	13.205.652,08	18.572.188,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Olinda, 31 de dezembro de 2018

Vânia Maria Marques Branco  
Diretora Presidente  
CPF: 891.060.917-68

Juan Víctor Irídio Pedrosa  
Contador  
CRC: PE029020-1

**HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO**  
RUA FARIAS NEVES SOBRINHO, 232 – BAIRRO NOVO - OLINDA – PE  
CNPJ (MF) sob nº 10.583.920/00001-23

### **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

#### **NOTA 01** **CONTEXTO OPERACIONAL**

O HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO é uma associação civil de direito privado, com finalidade filantrópica, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de SAÚDE conforme o artigo 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 85.752 de 24/02/1981, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 25/02/1981, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei Estadual nº 7.009, publicada no DOE em 04/12/1975, Registrado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob o certificado nº 219.750/69, em 29/05/1965, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, no Ministério da Saúde, deferido mediante Portaria nº 250, de 27/02/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13/03/2018, com validade pelo período de 01/01/2018 a 31/12/2020 e qualificada pelo Governo do Estado de Pernambuco com Organização Social – OS pelo Decreto nº 35.130 de 10 de junho de 2010, nos termos da Lei Estadual nº 11.743 de 20 de janeiro de 2000, alterada pela Lei nº 12.973 de 27 de dezembro de 2005 e pela Lei nº 15.210/2013 de 19 de dezembro de 2013, sendo requalificada através do Decreto nº 46.507 de 17 de setembro de 2018. Tem como objetivos e finalidade estatutária, conforme artigos 3º e 4º de seu Estatuto Social.

- Prestar assistência à saúde, com destacada qualidade, a quantos buscarem seus serviços;
- Dedicar-se às obras de promoção humana, beneficente, filantrópica e de assistência social, enfatizando a assistência materno-infantil e Hospital Geral;
- Prestar serviço gratuito, conforme estabelecido na legislação pertinente;
- Servir de campo de instrução para estudantes da área de saúde;
- Proporcionar educação e orientação sanitária a comunidade, meios para pesquisa e investigação científica e reabilitação do paciente, dentro das possibilidades;
- Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde



## **NOTA 02**

### **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2018, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 1.409 de 2012 que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

## **NOTA 03**

### **FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)**

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

### NOTA 04

#### RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

**b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

**c) Ativos circulantes – Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

**d) Estoques Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16)** – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

**e) Imobilizado** – Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 10 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/2009 (NBC – TG 27)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.



**f) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais. Deverá demonstrar o custo do projeto, da mão-de-obra e dos materiais. Caso não tenha condições de apurar através da contabilidade ou controles gerenciais estes custos, entendemos que não é prudente a informação em nota explicativa.

**g) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**h) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

**i) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

**j) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

**k) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

**l) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

**m) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Desvalorização de Estoques, Provisão para Contingências e Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

## NOTA 05

### ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

	2017	Débito	Crédito	2018
<b>Imobilizado - Sem Restrição</b>	<b>16.135.267,06</b>	<b>2.306.575,11</b>	<b>2.486.757,99</b>	<b>15.955.084,17</b>
Terrenos	7.426.800,00	-	-	7.426.800,00
Edificações	5.509.779,85	-	-	5.509.779,85
Maquinas E Equipamentos	1.331.912,60	1.132.307,70	831.350,30	1.632.870,00
Movels E Utensílios	475.291,08	487.768,96	359.998,04	603.062,00
Computadores E Periféricos	266.469,92	141.147,75	288.057,67	119.560,00
Veiculos	771.491,92	545.360,70	827.893,62	488.949,00
Instalações	174.063,32	-	-	174.063,32
Equipamentos - Conv 015/2008	92.964,66	-	92.964,66	-
Equip. Infor. Hp - Arrandamentomercantil	72.600,00	-	72.600,00	-
Outras Imobilizações	13.893,70	-	13.893,70	-



<b>(-) Depreciações Acumuladas - Sem Restrição</b>	<b>- 5.576.773,40</b>	<b>2.416.767,80</b>	<b>-</b>	<b>- 3.160.005,80</b>
Deprec. De Edificações	- 3.032.692,13	-	-	- 3.032.692,13
Deprec. De Maq. E Equipamentos	- 831.350,30	831.350,30	-	-
Deprec. Móveis E Utensílios	- 359.998,04	359.998,04	-	-
Deprec. De Computadores	- 288.057,67	288.057,67	-	-
Deprec. De Veículos	- 827.893,62	827.893,62	-	-
Deprec. De Instalações	- 127.313,67	-	-	- 127.313,67
Deprec. Equipamentos - Conv015/2008	- 61.052,63	61.052,63	-	-
Deprec. Equip. Info Hp - Arendmercantil	- 39.506,99	39.506,99	-	-
Deprec. De Outras Imobilizações	- 8.908,35	8.908,35	-	-
<b>Total Imobilizado - Sem Restrição</b>	<b>10.558.493,65</b>			<b>12.795.078,37</b>
<b>Imobilizado - Com Restrição</b>	<b>1.844.032,25</b>	<b>2.720.557,92</b>	<b>875.490,00</b>	<b>3.689.100,17</b>
Equipamento E Mat - Conv N°757.796/11	291.189,32	-	20.850,00	270.339,32
Móveis E Utensílios - Conv N°757.796/11	-	20.850,00	-	20.850,00
Edifício Maternidade - Conv. N°773.908/2012	137.663,75	-	-	137.663,75
Equipamento E Mat - Conv N°774.234/12	388.412,04	-	28.080,00	360.332,04
Móveis E Utensílios - Conv N°774.234/12	-	28.080,00	-	28.080,00
Edifício Maternidade - Conv. N°782.288/2012	283.585,79	-	-	283.585,79
Maq E Equipamentos - Conv N°804.508/2014	152.949,00	-	840,00	152.109,00
Móveis E Utensílios Conv. N°804.508/2014	-	840,00	-	840,00
Maq E Equipamentos - Conv N°807.846/2014	217.499,00	-	-	217.499,00
Maq E Equipamentos - Conv N°814.446/2014	288.033,35	-	26.690,00	261.343,35
Móveis E Utensílios Conv. N°814.446/2014	-	26.690,00	-	26.690,00
Maq E Equipamentos - Conv N°815.712/2014	84.700,00	-	-	84.700,00
Móveis E Utensílios - Conv N°834.004/2016	-	130.750,00	-	130.750,00
Móveis E Utensílios - Conv N°834.006/2016	-	189.204,00	142.500,00	46.704,00
Maquinas E Equipamentos Conv. N°834.008/2016	-	142.500,00	-	142.500,00
Maq. E Equipamentos - Conv N°834.008/2016	-	171.390,00	-	171.390,00
Móveis E Utensílios - Conv N°834.011/2016	-	102.162,00	33.040,00	69.122,00
Maquinas E Equipamentos Conv. N°834.011/2016	-	33.040,00	-	33.040,00
Móveis E Utensílios - Conv N°834.014/2016	-	657.717,96	545.040,00	112.677,96
Maquinas E Equipamentos Conv. N°834.014/2016	-	545.040,00	-	545.040,00
Móveis E Utensílios - Conv N°834.016/2016	-	78.207,00	58.610,00	19.597,00
Maquinas E Equipamentos Conv. N°834.016/2016	-	58.610,00	-	58.610,00
Móveis E Utensílios - Conv N°836.537/2016	-	48.800,00	-	48.800,00
Móveis E Utensílios - Conv N°836.538/2016	-	24.490,96	-	24.490,96
Móveis E Utensílios - Conv N°836.729/2016	-	20.198,98	-	20.198,98
Maquinas E Equipamentos Conv. N°836.941/2016	-	22.740,00	2.650,00	20.090,00
Computadores E Periféricos Conv. N° 836.941/2016	-	2.650,00	-	2.650,00

Maq E Equipamentos - Conv N°838.073/2016		227.000,00	-	227.000,00
		-		
Maq E Equipamentos - Conv N°841.808/2016		98.140,00	17.190,00	80.950,00
Movels E Utensilios Conv. N°841.808/2016		17.190,00	-	17.190,00
Termo De Formento N° 053/2017		76.267,00	-	76.267,00
<b>(-) Depreciações Acumuladas - Com Restrição</b>	<b>-</b>	<b>415.302,84</b>	<b>35.222,04</b>	<b>368.119,04</b>
Deprec. Maq. E Equipamentos - Conv N° 757.796/11	-	128.132,42	7.463,10	120.669,32
Deprec. Edif. Maternidade - Conv. N° 773.908/2012	-	10.122,98	-	10.122,98
Deprec. Movels E Utensilios - Conv N° 774.234/2012	-	156.279,95	192.052,09	348.332,04
Deprec. Edif. Maternidade - Conv. N° 782.288/2012	-	20.853,23	-	20.853,23
Deprec. Máq. E Equip. - Conv.804.508/2014	-	28.117,53	18.128,53	9.989,00
Deprec. Maq. E Equip. Conv N°807.446/2014	-	26.199,45	62.139,55	88.339,00
Deprec. Maq. E Equip. Conv N°814.448/2014	-	33.576,87	38.076,48	71.653,35
Deprec. Maq. E Equip. Conv N°815.712/2014	-	12.020,41	9.830,41	2.390,00
Deprec. Movels E Utensilios - Conv N° 834.006/2016	-	-	12.404,00	12.404,00
Deprec. Movels E Utensilios - Conv N° 834.011/2016	-	-	18.132,00	18.132,00
Deprec. Movels E Utensilios Conv.N° 834.014/2016	-	-	38.167,98	38.167,98
Deprec. Maquinas E Equipamentosconv. N° 834.016/2016	-	-	5.727,00	5.727,00
Deprec. Movels E Utensilios - Conv N° 836.538/2016	-	-	940,96	940,96
Deprec. Movels E Utensilios - Conv N° 836.729/2016	-	-	478,98	478,98
<b>Total Imobilizado - Com Restrição</b>	<b>1.428.729,41</b>			<b>2.940.900,33</b>
<b>Bens Em Construção</b>	<b>817.451,20</b>	<b>531.451,86</b>	<b>-</b>	<b>1.148.903,06</b>
<b>Imóveis Em Construção</b>	<b>452.538,76</b>	<b>531.451,86</b>	<b>-</b>	<b>983.990,62</b>
<b>Instalações</b>	<b>164.912,44</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>164.912,44</b>
<b>Total Imobilizado - Com Restrição</b>	<b>617.451,20</b>			<b>1.148.903,06</b>
<b>Total Imobilizado</b>	<b>12.604.674,26</b>			<b>16.884.881,76</b>

## NOTA 06

### OBRIGAÇÕES. À CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

**NOTA 07**

**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

Este grupo está composto por empréstimos e parcelamentos de débitos, valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente.

**NOTA 08**

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período.

**NOTA 09**

**DO RESULTADO DO PERÍODO**

O superávit do período de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução n° 1.409 de 2012 que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

**NOTA 10**

**AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIORES**

Conforme resolução do CFC 1179, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade.

**NOTA 11**

**IMUNIDADE TRIBUTÁRIA**

A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.



## NOTA 12

### ATENDIMENTO AO SUS

Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09 a alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo e Decreto Federal nº 8.242/14 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 100%.

O percentual foi obtido utilizando a Metodologia de Cálculo do Somatório de Serviços assim prestados na aérea de Saúde e de verificação do percentual de Serviços Prestados ao SUS.

## NOTA 13

### FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

O HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

## NOTA 14

### CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

O HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

## NOTA 15

### REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;



- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

### OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
  - Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
  - Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
  - Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

### NOTA 16

#### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o indireto.

### NOTA 17

#### CUSTO X SERVIÇOS PRESTADOS

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1409/12 que aprovou a ITG 2002 item 27 letra "n", demonstramos abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados ao SUS, compreendendo as receitas e os custos dos serviços:

## Apuração Financeira SUS

Exercício 2018

SUS	Valor em Reais
Total de Receitas	273.740.855,86
Total de Custos	(254.580.345,79)
<b>Resultado</b>	<b>19.160.510,07</b>
<b>Percentual (%)</b>	<b>7,00%</b>

### NOTA 18

#### Subvenções e/ou Convênios Públicos Resolução CFC No. 1.305/10 (NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

**NOTA 19**

**CONTRATO DE GESTÃO**

De acordo aos contratos de gestão de saúde firmados junto a SES-PE, que irá nos gerar um contas a receber para o exercício seguinte devido a déficit, adquirido ao longo dos contratos decorrente a readequação das despesas e receitas de acordo com a necessidade da unidade, nos seguintes valores.

Contrato de Gestão a Saúde	Valor Financeiro (R\$)
Unidade de Pronto Atendimento – UPA Ibura	1.210.948,71
Unidade de Pronto Atendimento – UPA Curado	1.408.372,22
Hospital João Murilo Oliveira - HJMO	2.862.848,85
UPA Timbaúba	414.323,52
Unid. De PE de At. Especializado – UPAE Afogados	499.041,00
Unid. De PE de At. Especializado – UPAE Serra Talhada	828.400,00
Hospital Mestre Vitalino	7.727.273,31
Hospital Regional de Arcoverde	2.063.246,76
Hospital Regional Emilia Câmara	1.961.794,99


**NOTA 20**

**FINALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram concluídas, auditadas e autorizadas para publicação pela Administração desta importante entidade em 30 de abril de 2018.

Olinda, - PE 31 de dezembro de 2018.

  
Vânia Maria Marques Branco  
Diretora Presidente  
CPF – 891.060.917-68

  
Juan Victor Izidio Pedrosa  
CPF: 101.501.184-57  
CRC: PE-029020/O-1